Universidade Anhembi Morumbi

“PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA: UMA ANÁLISE DE SUA CAPACIDADE DE DIMINUIR A CONCENTRAÇÃO DE RENDA BRASILEIRA ENTRE 2004 A 2018”

Gabriel Pereira Cassani

Guilherme Rodrigues de Jesus

Mariana Freitas

São Paulo – SP

2022

GABRIEL PEREIRA CASSANI
GUILHERME RODRIGUES DE JESUS
MARIANA FREITAS DA SILVA

“PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA: UMA ANÁLISE DE SUA CAPACIDADE DE DIMINUIR A CONCENTRAÇÃO DE RENDA BRASILEIRA ENTRE 2004 A 2018”

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Ciências Econômicas, da UNIVERSIDADE ANHEMBI MORUMBI, como requisito parcial para a Obtenção do grau de Bacharel em Ciências Econômicas.

São Paulo, 13 de Junho de 2022.

BANCA EXAMINADORA

_____

Profa. e Orientadora Alessandra Cavalcante de Oliveira, Dra.
Universidade Anhembi Morumbi

_____

Prof. Leandro Ramos Pereira, Dr.
Universidade Anhembi Morumbi

_____

Prof. Marco Antonio Costa Soares Junior, Mestre
Universidade Anhembi Morumbi

AGRADECIMENTOS

O desenvolvimento deste trabalho de conclusão de curso contou com ajuda de diversas pessoas, dentre as quais agradeço:

A todos os professores que contribuíram com a nossa trajetória acadêmica, especialmente a professora Alessandra Cavalcante de Oliveira, responsável pela orientação do projeto, pelo suporte no pouco tempo que lhe coube. Obrigado por esclarecer tantas dúvidas e ser tão atenciosa e paciente.

Ao nosso grupo que se dispôs de tempo e dedicação ao longo do desenvolvimento do projeto, onde foram fundamentais para a elaboração desta pesquisa, obrigado pela colaboração e disposição no processo de obtenção de dados.

As famílias e amigos de todos os participantes do projeto, que nos deram apoio, incentivo e força em todos os momentos, onde também entenderam nossas ausências em diversos dias para que a elaboração desta pesquisa fosse concluída.

“Que todos os nossos esforços estejam sempre focados no desafio à impossibilidade. Todas as grandes conquistas humanas vieram daquilo que parecia impossível (Charles Chaplin).

UNIVERSIDADE ANHEMBI MORUMBI – Campus Centro
Curso: Ciências Econômicas
Disciplina: Trabalho de Conclusão de Curso
Profa.: Alessandra Cavalcante de Oliveira
Acadêmico: Gabriel Pereira Cassani, Guilherme Rodrigues de Jesus e Mariana Freitas
São Paulo, 23 de junho de 2022.

CASSANI, Gabriel; RODRIGUES, Guilherme; FREITAS, Mariana. Programa Bolsa Família: uma análise de sua capacidade de diminuir a concentração de renda brasileira entre 2004 a 2018. 2022. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Econômicas) – Universidade Anhembi Morumbi, São Paulo, 2022.

O presente trabalho tem como objetivo demonstrar como as ações do Programa Bolsa Família desde a sua criação afetaram os índices de concentração de renda, especificamente no declínio do coeficiente de Gini nos períodos durante 2003 a 2018, visando a importância da focalização de uma política de transferência de renda que propende uma diminuição na desigualdade social.

Palavras-chave: Programa Bolsa Família. Concentração de renda. Coeficiente de Gini. Transferência de renda.

UNIVERSIDADE ANHEMBI MORUMBI – Campus Centro
Curso: Ciências Econômicas
Disciplina: Trabalho de Conclusão de Curso
Profa.: Alessandra Cavalcante de Oliveira
Acadêmico: Gabriel Pereira Cassani, Guilherme Rodrigues de Jesus e Mariana Freitas
São Paulo, 23 de junho de 2022.

CASSANI, Gabriel; RODRIGUES, Guilherme; FREITAS, Mariana. Programa Bolsa Família: uma análise de sua capacidade de diminuir a concentração de renda brasileira entre 2004 a 2018. 2022. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Econômicas) – Universidade Anhembi Morumbi, São Paulo, 2022.

The present study aims to demonstrate how the actions of the Bolsa Familia Program since its creation have affected the income concentration indices, specifically in the decline of the Gini coefficient in the periods of 2003 to 2018, aiming at the importance of focusing on a cash transfer policy that tends to a decrease in social inequality.

Keywords: Bolsa Família Program. Income concentration. Gini coeficiente. Cash transfer.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 **-** Taxa de Crescimento do Volume de Impostos 23

Gráfico 2 - Efeitos multiplicadores das transferências sociais sobre o PIB 27

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Bolsa Família - Orçamento e Média de pagamentos 16

Tabela 2 - Série histórica do Coeficiente de Gini no Brasil (2003-2018) 19

Tabela 3 - Série Histórica PIB 2002-2018 20

Tabela 4 - Taxa de desemprego em % - 2003-2018 20

Tabela 5 - Brasil: decomposição das mudanças no coeficiente de Gini por fonte de renda (2001-2015) 30

Tabela 6 - Brasil: decomposição das mudanças no coeficiente de Gini por fonte de renda (2001-2006) 31

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

MPVs	Medidas Provisórias
PBF	Programa Bolsa Família
PIB	Produto Interno Bruto
PT	Partido dos Trabalhadores
BVJ	Benefício Variável Jovem
BVG	Benefício Variável à Gestante
BVN	Benefício Variável Nutriz
BSP	Benefício para Superação da Extrema Pobreza
FHC	Fernando Henrique Cardoso
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
SCN	Sistema de Contas Nacionais
PAC	Plano de Aceleração do Crescimento
PEC	Proposta de Emenda Constitucional
MCS	Matriz de Contabilidade Social
PBC	Benefício de Prestação Continuada
RPPS	Regime Próprio de Previdência Social
RGPS	Regime Geral de Previdência Social
FGTS	Fundo de garantia do tempo de serviço
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
SM	Salário Mínimo

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 9
2 O BOLSA FAMÍLIA E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA OS BRASILEIROS 11
2.1 A ORIGEM DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA 11
2.2 ATUAÇÃO DO PROGRAMA NAS FAMÍLIAS 12
2.3 OS TIPOS DE BENEFÍCIOS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA 13
2.4 DETALHES REFERENTE AOS BENEFÍCIOS E BENEFICIADOS 14
3 CONCENTRAÇÃO DE RENDA E A DESIGUALDADE NO BRASIL 16
3.1 A ORIGEM DA DESIGUALDADE SOCIAL NO BRASIL 16
3.2 O COEFICIENTE DE GINI 17
3.2.1 Série histórica brasileira 18
3.3 CONJUNTURA ECONÔMICA ENTRE 2003 E 2018 18
3.3.1 Primeiro governo Lula (2003 – 2006) 20
3.3.2 Segundo governo Lula (2007-2010) 21
3.3.3 Governo Dilma Rousseff (2011-2014) 22
3.3.4 Governo Dilma – Temer (2015-2018) 23
3.4 PANORAMA DA VARIAÇÃO DO COEFICIENTE DE GINI 24
4 VERIFICAÇÃO DA EFICIÊNCIA DO PBF 25
4.1 O EFEITO MULTIPLICADOR 25
4.2 PESO E PARTICIPAÇÃO DO PBF NO COEFICIENTE DE GINI 26
4.2.1 Decomposição do coeficiente de gini 27
4.2.2 Decomposição das mudanças do coeficiente de gini por fonte de renda 28
5 CONCLUSÃO 31
6 BIBLIOGRAFIA 33

1 INTRODUÇÃO

Nas discussões socioeconômicas do Brasil, se põe a dúvida a quais políticas econômicas deveriam ter sido adotadas para melhorar os índices de desigualdade social, um problema que assola a população brasileira desde suas origens. Essa desigualdade é um dos principais fatores que fazem com que o Brasil, umas das principais economias mundiais, não seja um país desenvolvido. Mas então como e quais políticas econômicas solucionariam essa má distribuição de renda? É sabido que políticas de transferência de renda, investimento interno em saúde, educação, tecnologia e infraestrutura fazem com que a desigualdade social diminua. Segundo Keynes (1938), seriam esses os fatores que levariam ao com o aumento da demanda efetiva.

Em 2003 uma medida provisória (MPv n° 132, de 2003), decidiu unificar alguns planos de transferência de renda, estes que antes eram ineficientes, criando um novo plano de transferência, com um texto melhor elaborado em relação a cobertura dos beneficiados visando uma diminuição da pobreza e extrema pobreza na qual muitas famílias se encontravam, este vinha a ser o Bolsa Família, (lei sancionado em janeiro de 2004). O Programa Bolsa Família (PBF) passa a ser o mais popular programa de transferência de renda no Brasil, tendo vigência até 2021. Neste período, mesmo com o teto de gasto baixo em relação ao PIB, atingiu uma enorme parte da população brasileira, em 2021 estimasse que cerca de 14,7 milhões de famílias foram beneficiadas. Com o tamanho alcance do benefício muitas famílias puderam sair das situações de extrema pobreza, passando assim a consumir mais, aumentando demanda efetiva, por sua vez contribuindo com o crescimento econômico do Brasil.

O seguinte trabalho tem como objetivo principal responder a seguinte questão, o Programa Bolsa Família foi, ou não foi, eficiente na sua intenção de diminuir a desigualdade social e diminuição da concentração de renda? Com os objetivos de demonstrar as ações do Bolsa Família e comparar as taxas de concentração de renda, será feito um trajeto para comprovar a principal hipótese do projeto, a de que, o Programa Bolsa Família foi sim eficiente, pois promoveu uma diminuição dos índices de pobreza e de extrema pobreza, diretamente reduzindo a desigualdade social e contribuindo com o aumento do produto da economia em curto e longo prazo.

Para elaboração da pesquisa será necessário utilizar um método quanti-qualitativo, que buscará entender e mensurar a contribuição do PBF para a diminuição da pobreza, demonstrar a porcentagem do PIB que foi gasto com o programa nos seu período de atuação, bem como avaliar o retorno que essa transferência de renda gera. E por tanto demonstrar se é um plano de transferência eficiente. Com relação ao material bibliográfico, serão usadas séries históricas do IPEA, e pesquisas de medições de desigualdade feitas pelo PNAD/IBGE. Além disso uma pesquisa bibliográfica será feita afim de demonstrar um método econométrico desenvolvido pelo IPEA e PNAD, que conseguiu comparar os resultados para a desigualdade de renda com e sem os benefícios do Bolsa Família. Por meio dessa comparação será feito uma abordagem explicativa, utilizando um método histórico-evolutivo, visando abordar a atuação do PBF em quatro períodos, estes divididos pelos ciclos presidenciais de Lula e Dilma (2003 –2018).

O trabalho é estruturando em 3 capítulos, o primeiro dividido em quatro seções apresentará o conteúdo referente ao bolsa família, o segundo capítulo também dividido em quatro seções, contará com o conteúdo relacionado a desigualdade e concentração de renda no Brasil, coeficiente de Gini e sua aplicação, bem como a evolução da concentração de renda no Brasil nos quatro ciclos políticos estudados. Por último, o terceiro capítulo é dividido em duas seções onde é verificado a eficiência do PBF por dois métodos diferente.

2 O BOLSA FAMÍLIA E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA OS BRASILEIROS

O Programa Bolsa Família (PBF) é um plano de transferência direta de renda com condicionalidades, que busca proporcionar a beneficência de famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza, realizando transferências em dinheiro (não em espécie), através de um cartão magnético em posse das mães e/ou mulheres das famílias de forma focalizada e condicionada, de forma que as famílias cumpram com compromissos como saúde e educação em geral.

Os programas de transferência de renda foram implementados no Brasil na gestão do Presidente Fernando Henrique Cardoso, no período de 1994 a 2002, como Bolsa Escola Nacional, Bolsa Alimentação, Auxílio Gás e Cartão Alimentação. Porém com a ineficiência dos quatros programas atuando juntos, e prejudicando propriamente os benefícios e beneficiados, a unificação dos quatro programas veio a ser concedida. A reorganização dos programas de transferência de renda foi feita pela gestão do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, no período de 2003 a 2010, onde se dá o surgimento do Programa Bolsa Família, dando de fato um novo patamar a transferência de renda, em termos de desenho, cobertura, focalização e desenvolvimento de estratégias de coordenação e articulação Inter setorial (IPEA, 2007; Soares; Sátyro, 2009).

2.1 A ORIGEM DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA

Criado através de uma medida provisória em 2003, o Programa do Bolsa Família obteve crescimento em seus três primeiros anos de implementação, na cobertura de famílias beneficiadas pelo programa, passando de 3,6 milhões após sua regulamentação em janeiro de 2004, para aproximadamente 11 milhões de inscrições em 2007. O crescimento do valor médio repassado as famílias, começou somente a partir da criação do benefício Variável Jovem (BVJ), em julho de 2007, onde é concedido automaticamente para famílias que já estão inclusas no programa e que tenham adolescentes de 16 e 17 anos matriculados na escola. A partir disso, o crescimento no número de famílias beneficiadas, foi acompanhado do aumento no valor médio real dos benefícios oferecidos, em velocidades diferentes. Enquanto o

crescimento na cobertura de famílias deixou de fluir em 2012, o valor real médio do benefício, cresceu gradativamente até as vésperas das eleições de 2014.

2.2 **ATUAÇÃO DO PROGRAMA NAS FAMÍLIAS**

O Programa Bolsa Família tem como intuito combater a pobreza extrema de duas maneiras, a primeira conforme já mencionada, é a transferência de uma quantia de dinheiro diretamente as famílias e a segunda maneira, são o acompanhamento das mesmas, nas áreas de saúde e educação, as crianças, adolescentes e as mulheres gravidas, todos pertencentes aos planos. Na área da educação, o programa busca êxito em garantir as crianças e adolescentes em situação de pobreza extrema, o direito social que é a matricula e a frequência nas escolas, fazendo um acompanhamento mensal da frequência escolar do estudante e colocando em pauta as dificuldades que possam ter ao acesso ao ensino. Já na área da saúde, o programa busca o desenvolvimento saudável, com orientações duas vezes por ano, acompanhamento do pré-natal de gestantes e orientações para mulheres no período da amamentação. Assim, o programa ajuda identificar famílias com dificuldades em acesso aos seus direitos, fazendo com que a assistência social possa ser concedida ao acompanhamento necessário de cada indivíduo.

No Brasil no ano de 2022, o Programa Bolsa Família cobre um quinto da população brasileira, beneficiando mais de 13,2 milhões de famílias brasileiras, equivalente a 41,2 milhões de pessoas. Em 2022, o benefício básico do Bolsa Família é R$89 por pessoa. As parcelas variáveis, são de R$41 e o benefício variável vinculado ao adolescente é de R$57. O custo do programa para o governo é de apenas 0,4% do PIB, valor muito baixo comparado aos impactos causados nas vidas dos beneficiados pelo programa e na economia brasileira. Para cada R$1 gasto com o Bolsa Família são gerados $1,78 para economia brasileira, isso significa que cada real gasto com o programa, impacta três vezes mais o PIB que os benefícios da previdência social. (IBGE, 2019).

A utilização do PBF, se faz necessário o registro no Cadastro Único, onde se dá prioridades a famílias pertencentes a determinados grupos como, situação de trabalho infantil, integrantes libertos de situação próxima a trabalho escravo,

quilombolas, indígenas e catadores de materiais recicláveis. Após o grupo de prioridades serem selecionados, vem as famílias com menor renda para receberam o Bolsa Família. As famílias que com renda mensal de R$89, mesmo que não possuam gestantes, crianças ou adolescentes, elas se enquadram como famílias extremamente pobres e são a próxima prioridade para receber o plano. E por fim, famílias com renda mensal entre R$89 até R$178 que possuem gestantes, crianças ou adolescentes na família. Lembrando que a prioridade em receber o benefício, é dada somente a partir da renda mensal por pessoa e pela quantidade de crianças e jovens com idade de 0 a 17 anos.

2.3 **OS TIPOS DE BENEFÍCIOS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA**

Benefício Básico: R$89,00 - Benefício apenas para famílias extremamente pobres, com renda mensal por pessoa de R$89.

Benefício Variável de 0 a 15 anos: R$41,00 - Concedido apenas para famílias com renda mensal de até R$178 por pessoa, possuindo crianças ou adolescentes de 0 a 15 anos de idade.

Benefício Variável à Gestante (BVG): R$41,00 - Concedido apenas para famílias com renda mensal de até R$178 por pessoa, possuindo gestantes em sua composição.

- Pagamento de nove parcelas mensais, benefício pago a partir da identificação da gravides pela área da saúde em seu município, com a informação inserida no sistema Bolsa de Família na Saúde.

- Caso de gestação interrompida, o benéfico continua sendo pago.

Benefício Variável Nutriz (BVN): R$41,00 - Concedido apenas para famílias com renda mensal de até R$178 por pessoa, que possuam crianças com idade de 0 a 6 meses, para intensificar a alimentação do bebê, mesmo se o bebê não resida com a mãe.

- Pagamento de seis parcelas mensais, com o registro dos dados do bebê incluídos no Cadastro Único, até o sexto mês de vida.

- Caso ocorra óbito nos primeiros meses de vida, o benefício será recebido pela família da mesma forma.

Benefício para Superação da Extrema Pobreza (BSP) - *****Valor diferente para cada família

- Concedido para famílias já pertencentes ao programa, possuintes de outros tipos de benefícios e ainda com a renda mensal de R$89.

- Cálculo do BSP é de acordo com a renda e a quantidade de pessoas na família, para abonar e exceder o limite de R$89,01 de renda por pessoa.

Benefício Variável Vinculado ao Adolescente (BVJ) - *limitado a dois benefícios por família.

- Concedido apenas para famílias com renda mensal de até R$178 por pessoa, que possuam adolescentes em 16 e 17 anos. (BOLSA FAMÍLIA: TRANSFERÊNCIA DE RENDA E APOIO À FAMÍLIA NO ACESSO À SAÚDE, 2013)

2.4 **DETALHES REFERENTE AOS BENEFÍCIOS E BENEFICIADOS**

O Programa Bolsa Família vai além da tentativa do combate à pobreza extrema e não se dá somente pela transferência de renda, o PBF tem cartaz como prioridade as crianças e adolescentes, fazendo com que as famílias beneficiadas assumam e cumpram com compromissos, que são identificados como condicionalidades, para que assim o poder público possa amplificar os direitos sociais básicos. As famílias devem cumprir com seus compromissos para continuar recebendo os devidos benéficos.

Na educação, as famílias devem se propor a cumprir tais compromissos como, matricula da criança e adolescente de 6 a 17 anos na escola, assegurar a frequência escolar mensal de no mínimo 85% de crianças de 6 a 15 anos, para adolescentes de 16 a 17 anos que recebem o BVJ, a frequência mensal deverá ser de 75%, manter a escola informada caso o aluno necessite se ausentar e manter sempre as informações atualizadas no Cadastro único. Na saúde, as famílias também necessitam cumprir compromissos, como levar crianças de até 7 anos para se vacinarem, conforme

calendário de vacinação do Ministério da Saúde, levar crianças de até 7 anos para serem medias e pesadas, para garantir o desenvolvimento e por fim, levar gestantes para participarem do pré-natal. A educação integral e ações de saúde dentro da escola, também são pilares importantes para contribuir com o acesso aos direitos básicos.

O tempo que leva para concessão do benefício, irá depender da quantidade de famílias já atendidas no seu município, em relação à estimativa de famílias pobres feita para essa localidade. Lembrando que somente a inscrição no Cadastro Único não garante a entrada no PBF, pois o sistema é informatizado e a seleção ocorre através das informações cadastradas pelas famílias e o governo federal necessita respeitar o limite de orçamento do programa.

Segue tabela de informações referentes ao orçamento, famílias atendidas e os benefícios médios:

Tabela 1 – Bolsa Família - Orçamento e Média de pagamentos

Governo	Ano	orçamento (R$ Bi)	famílias atendidas (milhões)	média nominal por famílias (R$)	média real* por famílias (R$)
Lula	2003	1,7	3,6	52,7	156,3
	2004	12,9	5,4	74,5	199,7
	2005	10,9	8,0	45,6	113,9
	2006	14,6	11,0	47,2	110,8
	2007	20,8	11,0	66,1	157,6
	2008	23,1	10,6	82,5	180,8
	2009	24,4	12,4	79,1	162,9
	2010	26,6	12,6	88,8	175,5
Dilma	2011	31,2	13,1	105,7	197,8
	2012	36,0	13,8	124,3	218,3
	2013	39,9	13,8	144,6	240,4
	2014	41,1	14,0	155,9	245,1 **
	2015	39,7	14,0	160,6	237,0
	2016	36,7	13,9	164,3	219,4
Temer	2017	34,8	13,6	171,5	214,1
	2018	35,7	13,9	175,8	213,5

Fonte: PODER 360 (WALTENBERG E PINTO, 2021)
* Corrigido pelo IPCA
** Maior Média da Série Histórica – Ano de reeleição de Dilma Rousseff

3 **CONCENTRAÇÃO DE RENDA E A DESIGUALDADE NO BRASIL**

Este capítulo traz uma análise descritiva referente a história da desigualdade social, e também uma análise explicativa sobre concentração de renda no Brasil. Inicialmente elucida os fatores que originaram tal condição, e em sequência o capítulo objetiva mapear o caminho da desigualdade social, a partir do início do governo Lula em 2003, até o fim do governo Dilma 2018.

3.1 **A ORIGEM DA DESIGUALDADE SOCIAL NO BRASIL**

Segundo Felix Lopez (2020), existem cinco principais fatores que explicam a origem da desigualdade no Brasil, o primeiro fator explica que o Brasil carrega uma herança histórica, a cultura trazida pelos colonizadores portugueses e o uso da mão de obra escrava por tantos anos seria a raiz da desigualdade, pois neste momento histórico se instaurou uma hierarquia entre as classes e também uma relação de exploração extrema.

O segundo fator é figurado pelo papel dos agentes do Estado. Este fator é responsável por perpetuar a desigualdade, pois o distanciamento entre classes é promovido diretamente pela má gestão das políticas públicas e também pela corrupção política. O argumento prevê que com políticas públicas implantadas de modo eficiente, a arrecadação do Estado seria suficiente para prover o bem estar da sociedade e diminuir a desigualdade. Porém o Estado brasileiro teve em sua história diversas gestões duvidosas, conflitos de interesses e inúmeros casos de corrupção, que contribuíram para ineficiência das políticas publicas e com o escoamento dos recursos públicos arrecadados.

O terceiro fator traz em pauta a falta de oportunidades educacionais. As diferentes oportunidades de educação contribuem com a desigualdade social pois afetam diretamente o mercado de trabalho, visto que a educação é a principal forma de se ampliar oportunidades de emprego e renda. Quando um país não consegue oferecer educação de qualidade para as classes mais baixas, menor serão as oportunidades de ascensão social destes cidadãos mais pobres.

O quarto fator está relacionado aos fatores estruturais do sistema capitalista. Segundo Felix Lopes (2020), a concentração secular de renda faz com que a elite econômica promova as estruturas desiguais, assim restringindo a ascensão dos mais pobres. A característica capitalista de manter uma sociedade dividida em classes, combina à regressividade do sistema tributário facilita o acumulo de renda da elite econômica, enquanto sufoca financeiramente os mais pobres.

Por último destaca-se os atributos individuais de cada classe. Este fator traduz as concepções sociais resultantes dos fatores anteriormente citados, combinados ao comportamento humano que é replicado nas diferenças classes sociais. A baixa "consciência social" (DE SWAAN, 1988) da elite econômica ressalta o comportamento egoísta humano, levando a reproduzir uma ganância e afastando o sentimento de responsabilidade pela desigualdade. Enquanto os pobres, que sufocados, esquecidos, humilhados, passam a suportar e, portanto, se acomodar com a situação ruim que o sistema capitalista os coloca, justamente por não ter voz e apoio para mudar a situação (um comportamento característico da herança exploratória citada no primeiro fator).

Tais fatores promoveram e ainda promovem a desigualdade social e diretamente contribuíram para colocar o Brasil entre os 10 países mais desiguais do mundo em 2020 (AGENCIA SENADO, 2021). O Brasil figura entre os principais países com maior concentração de renda, para entender tamanha disparidade é necessário explicar mais sobre as formas de se mensurar essa concentração, o coeficiente de Gini é o principal índice que mede a concentração de renda dos países, e este será o tema da próxima seção.

3.2 **O COEFICIENTE DE GINI**

Criado pelo matemático italiano Conrado Gini em 1912, o coeficiente de Gini é um indicador de desigualdade, hoje o mais usado para se tratar de concentração de renda. Este índice se apresenta como um intervalo de 0 e 1, geralmente seguido de três casas decimais, onde 0 é a situação de igualdade e 1 é a situação de extrema desigualdade. Ou seja, se o índice é próximo de zero, quer dizer que o país em questão tem menor desigualdade.

3.2.1 **SÉRIE HISTÓRICA BRASILEIRA**

Entre os anos de 2003 (início do projeto de lei do PBF) e 2018 o Brasil apresentou a seguinte série histórica do coeficiente de Gini:

Tabela 2 - Série histórica do Coeficiente de Gini no Brasil (2003-2018)

2003	0,583	**2011**	0,531
2004	0,572	**2012**	0,530
2005	0,570	**2013**	0,527
2006	0,563	**2014**	0,518
2007	0,556	**2015**	0,524
2008	0,546	**2016**	0,539
2009	0,543	**2017**	0,539
2010	0,5304	**2018**	0,545

FONTE: IPEA (2018)

Pode-se ver uma constante diminuição do índice desde a criação do Bolsa Família até 2014, ou seja, 11 anos em que o país conseguiu diminuir essa concentração de renda e consequentemente diminuir a quantidade de gente vivendo em situações de pobreza e de extrema pobreza. Em 2015 o Brasil passa por uma crise, no segundo mandato do governo Dilma e volta então a ter um aumento de desigualdade, visto que em crises econômicas a população de baixa renda é a mais vulnerável.

Mesmo notando a diminuição após a criação do Programa Bolsa Família, somente com essas informações não se pode afirmar que o programa foi responsável por essa queda, é necessário analisar a conjuntura econômica destes períodos para saber o que realmente aconteceu e o que realmente influenciou essa queda.

3.3 **CONJUNTURA ECONÔMICA ENTRE 2003 E 2018**

A seguinte seção tem como objetivo apresentar a situação econômica de cada ciclo presidencial compreendido no período entre 2003 e 2018, neste intervalo houve dois mandatos seguidos do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003 – 2006 e 2007 – 2010), dois mandatos da presidente Dilma Rousseff (2011-2014 e 2015 – 2016), e

em 2016, o vice-presidente Michel Temer assume após o impeachment de Dilma, assumindo a presidência até 2018.

Para melhor entendimento da conjuntura é importante apresentar as séries históricas do PIB e de taxa de desemprego no período estudado, pois as seguintes tabelas serão retomadas nas próximas seções.

Primeiro a série histórica do PIB:

Tabela 3 - Série Histórica PIB 2002-2018 / UNIDADE: R$(milhões)

Ano	PIB
2002	1.216.459,74
2003	1.390.202,04
2004	1.540.244,35
2005	1.723.319,36
2006	1.914.948,72
2007	2.144.055,08
2008	2.443.378,06
2009	2.719.996,71
2010	3.079.133,00
2011	3.454.852,00
2012	3.849.014,00
2013	4.297.697,00
2014	4.745.278,00
2015	5.020.969,00
2016	5.305.781,00
2017	5.575.017,00
2018	5.919.281,00

FONTE: IPEA – IBGE/SCN NACIONAL (2022)

E segundo a tabela referente a taxa de desemprego:

Tabela 4 – Taxa de desemprego em % - 2003-2018

2003	10,5	2011	7,3
2004	9,7	2012	6,7
2005	10,2	2013	7,1
2006	9,2	2014	7,5
2007	8,9	2015	8,5
2008	7,8	2016	11,5
2009	9,1	2017	12,7
2010	6,7	2018	11,9

FONTE 1: IBGE (2018)

3.3.1 **PRIMEIRO GOVERNO LULA (2003 – 2006)**

O primeiro governo Lula inicia mantendo as políticas macroeconômicas do governo FHC, porém no âmbito político social, visava um discurso mais progressista, afim de valorizar essa população de base. A atuação do governo foi bem vista e proporciona o crescimento do nosso PIB e diminuições dos índices de inflação. O PIB em 2004 cresce cerca de 5,76 %, em 2005 cresceu +3,2% e em 2006, +3,96%. (TABELA 3). Por outro lado, o índice de preços por consumidor amplo (IPCA), a taxa que mede a inflação demonstrou um crescimento a uma taxa muito menor, em 2004 com uma inflação de 7,6%, em 2005 a inflação passa a ser de 5,96% e finalmente em 2006 chega a 3,14%. (IPEA, 2018)

Mas o que será que todos esses números significam? Basicamente este crescimento econômico, reflete-se no maior consumo das famílias de alguma forma estas famílias passaram a ser incentivadas a consumir mesmo com a taxa de juros alta. Ou seja, nesse período foi criada uma demanda agregada, que se originou também da introdução do poder de consumo aos pobres devido as ações desse primeiro governo.

Nesse período o governo Lula conseguiu alavancar a renda das famílias, aumentando o salário mínimo real, elevando as transferências de renda, expandindo o crédito, causando assim um aumento do consumo das famílias e dos investimentos privados. Impulsionado pelos preços elevados das commodities, causadas pelo aumento da demanda internacional, o Brasil passa a ter um “bônus” na sua balança de pagamentos, conseguindo assim uma valorização cambial e diminuição da inflação. Todos estes fatores combinados com uma reforma tributária feita em 2003 por meio da Emenda constitucional N°42 (BRASIL; CONSTITUIÇÂO, 1988), proporcionaram um aumento do nível de emprego, pagamento da dívida externa e a expansão do gasto público, uma importante ferramenta anticíclica, que gera retorno em demanda agregada e permite avanços na estrutura de produção (KEYNES, 1936).

Em 2003 o principal programa de transferência de renda foi criado, o Bolsa Família, iniciou-se com um orçamento de R$ 1,7 bilhões, destinado a atender inicialmente 3,6 milhões de famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza, que receberam uma média real de R$156,30 por família. Nos seus primeiros anos de

atuação o PBF se expandiu de forma gigantesca, em 2006 o orçamento passa a ser de R$ 20,8 bilhões e passa a beneficiar cerca de 11 milhões de famílias. (MINISTÉRIO DA CIDADANIA, 2021).

Nestes quatro primeiros anos, o coeficiente de Gini diminuiu cerca de 3,4% (TABELA 2), demonstrando que os fatores acima diminuíram a concentração de renda e consequentemente a desigualdade, esse período foi marcado por uma nova classe média, com trabalhadores recebendo melhores salários e, portanto, consumindo mais e alavancando o crescimento do PIB. Por esses motivos o primeiro governo Lula foi considerado um sucesso, o que culminou na sua reeleição.

3.3.2 **SEGUNDO GOVERNO LULA (2007-2010)**

O segundo governo Lula manteve o retrospecto positivo do primeiro mandato, ainda alavancado pelos preços das commodities o PIB alcançou uma taxa de crescimento médio de 4,6% (TABELA 3), mas mesmo com os aumentos dos preços das commodities, a inflação manteve-se sob controle, pois houve uma redução na taxa de câmbio e também uma redução na taxa de juros. A taxa de desemprego registrada em 2010 foi de 6,7%, a menor taxa desde 1995. (IPEA, 2016).

Neste período houve um grande aumento do investimento público, também passa a ser implantada uma política de valorização do salário mínimo e uma reestruturação no funcionalismo público. Estes fatores foram de extrema importância para a redistribuição de renda e, portanto, de igual importância para a diminuição do coeficiente de Gini, queda de 5,8% em relação ao primeiro mandato (TABELA 2).

Em 2007 é lançado o Plano de Aceleração do Crescimento (PAC) com o objetivo de melhorar a infraestrutura social, urbana, logística e energética do país, que elevou a participação do investimento público no PIB brasileiro de 0,5% do período 2003 a 2006 para 0,9% entre 2007 e 2010. (BARBOSA, 2010).

Em relação ao PBF, o programa continuou expandindo, em 2010 atingiu um orçamento de R$ 2,6 bilhões, beneficiando 12,6 milhões de famílias, com uma média real de R$ 175,50 por família.

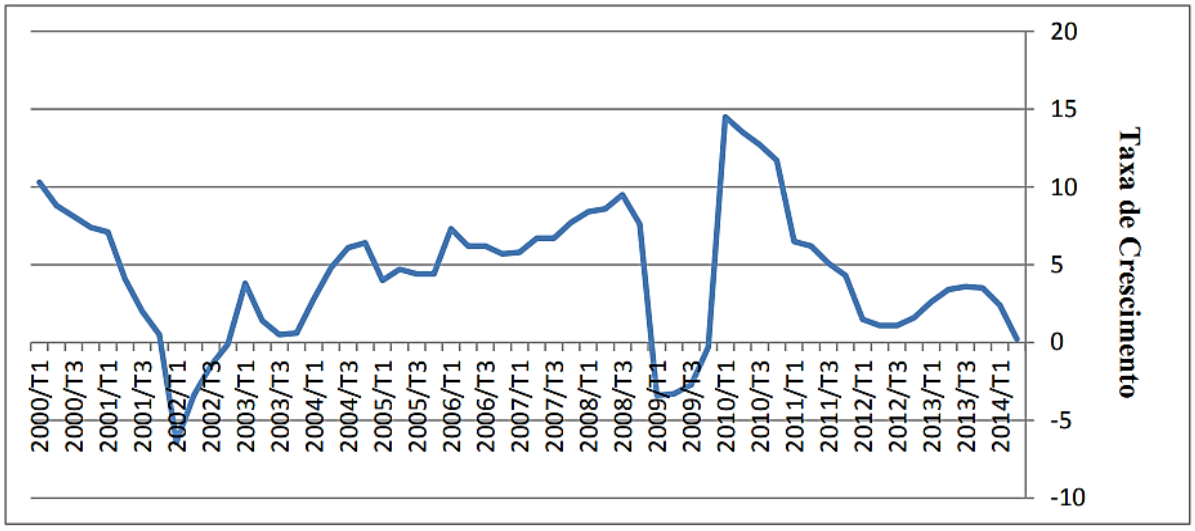
Lula finaliza seu mandato em 2010 com grandes avanços econômicos e com grande aceitação da população, assim emplacando a candidatura da sua sucessora Dilma Rousseff.

3.3.3 **GOVERNO DILMA ROUSSEFF (2011-2014)**

Em 2011 inicia-se o primeiro mandato de Dilma Rousseff, e com isso uma nova formulação de políticas públicas. Como consequência da crise mundial do subprime 2008, o Brasil passa por uma desaceleração econômica. Pela baixa dos preços das commodities e a queda do dinamismo econômico no mundo inteiro o primeiro governo Dilma foi marcado por resultados macroeconômicos piores em relação ao governo Lula, neste período o PIB passa a crescer a uma taxa média de 2,1% ao ano.

No seu governo Dilma tomou duvidosas decisões políticas, adotou uma política mais conservadora em relação aos gastos públicos, buscando segurar a inflação, e optou por desonerar alguns setores produtivos. Estas medidas fizeram com que houvesse uma baixa na arrecadação de impostos, como demonstra o seguinte gráfico.

Gráfico 1 – Taxa de Crescimento do Volume de Impostos



FONTE 2 - IBGE. Diretoria de Pesquisas. Coordenação de Contas Nacionais.

Essas políticas também levaram a baixa do crescimento dos investimentos privados, o que levou as indústrias a um período de estagnação na produtividade. A

taxa média do crescimento do investimento no período 2011 a 2014 é de 0,7% enquanto a de 2007 a 2010 foi de 35,3%. (GENTIL e ARAUJO, 2015).

Mesmo com a desaceleração econômica, o primeiro governo Dilma conseguiu manter o movimento de queda no coeficiente de Gini, em 2014 o índice caiu cerca de 2,3% comparado a 2010. Dois pontos de atuação foram chave para manter essa queda, o primeiro foi manter a política de valorização do salário mínimo, e a continuação da expansão do Bolsa Família. Em 2014 o PBF atinge seu ápice, registrando a maior média da série histórica, foi um orçamento de R$ 41,1 bilhões que atendeu cerca de 14 milhões de famílias, com um benefício médio por família de R$ 245,10.

3.3.4 **GOVERNO DILMA – TEMER (2015-2018)**

O segundo mandato de Dilma foi negativamente marcado por alguns fatores, dentre eles, a recessão resultante da crise econômica, escândalos de corrupção ligados ao Partido dos Trabalhadores e o impeachment da presidenta em 2016.

Em 2015, pela primeira vez no governo PT foi registrado uma queda no Produto Interno Bruto (-3,8%), além disso, as taxas de desemprego e inflação subiram, casos de corrupção milionários envolvendo a Petrobras vieram tona, bem como a operação “Lava Jato”. No primeiro ano de seu segundo mandato o governo Dilma já estava descredibilizado, sem apoio no senado e com a ocorrência de grandes manifestações contra o governo. Foi então que em maio de 2016, o senado votou a favor do processo de impeachment, processo esse que levou ao impedimento da presidenta em agosto de 2016.

Temer então assume a presidência em 2016 e completa o mandato até 2018, mas pouco conseguiu fazer para reverter a situação econômica brasileira, implantou um plano de negócios visando resgatar a confiança dos agentes econômicos para assim captar mais investimento externo. Também propôs a reforma da previdência (PEC – 287/16), e o Projeto de Lei 6787/2016, referente a reforma trabalhista. A única medida não aprovada foi a reforma da previdência, e mesmo assim o Brasil ainda continuou em recessão, tendo uma queda de 3,6% no PIB em 2016.

Os dois próximos anos seguiram com uma política monetária que incentivava o consumo, mantendo uma taxa de juros baixa, o que proporcionou uma “tímida” subida no PIB, em 2017 cresceu 1,3% e em 2018 cresceu 1,1%.

Quanto a jornada do PBF, o programa manteve sua atuação próxima ao primeiro governo Dilma, em 2018 o programa transferiu cerca de R$ 35,7 bilhões para cerca de 13,9 milhões de famílias, porém o benefício real médio recebido por família havia encolhido para R$213,50 (MINISTÉRIO DA CIDADANIA, 2021).

Contudo estes fatores que se sucederam entre 2014 á 2018 fizeram com que o Brasil voltasse a ter um aumento no coeficiente de Gini, um aumento de 5,2% entre os períodos, levando ao aumento da desigualdade.

3.4 **PANORAMA DA VARIAÇÃO DO COEFICIENTE DE GINI**

Avaliando os movimentos políticos e econômicos de cada governo é possível chegar em algumas conclusões referentes ao movimento do coeficiente de Gini no período estudado. Nos dois primeiros ciclos governados por Lula, o índice registrou um importante queda, apoiada pelos seguintes fatores: O aumento da renda das famílias, o aumento dos gastos públicos e a expansão das transferências de rendas, entre elas o Programa Bolsa Família.

No terceiro ciclo político, o índice continua com movimento de queda, porém uma queda mais “tímida”. Mesmo sendo um início de uma grande recessão, a diminuição da desigualdade neste período se apoia na política de valorização do salário mínimo, na expansão das transferências de renda (auge do PBF) e na baixa taxa de desemprego.

Contudo no segundo governo Dilma, pode-se notar que o aumento no coeficiente de Gini pouco tem a ver com as políticas de transferências de renda, mas sim com os resultados da crise iniciada em 2014. A taxa de desemprego aumentou, a crise no setor produtivo causou estagnação das empresas, houve queda nos investimentos privados, incertezas políticas e aumento da inflação, foram algum dos fatores que causaram o aumento da desigualdade nesse período.

4 **VERIFICAÇÃO DA EFICIÊNCIA DO PBF**

Para verificar a eficiência do Bolsa Família é necessário entender dois pontos específicos. O primeiro ponto é o efeito multiplicador no PIB, ou seja, entender o impacto que cada R$ 1,00 (1 real) gasto com o PBF gera no produto final do PIB. O segundo ponto é a identificação do peso da renda do Bolsa Família em relação a variação do coeficiente de Gini, em outras palavras, a contribuição que a transferência de renda causou na decida do coeficiente de concentração de renda. Estes dois fatores serão divididos nas seguintes seções.

4.1 **O EFEITO MULTIPLICADOR**

O Programa Bolsa Família é, assim como os programas de transferências de renda, uma política anticíclica, e tem como característica trazer um retorno, maior que seu investimento, no produto da economia. (KEYNES, 1936). Para entender melhor o papel destas transferências anticíclicas, segue um trecho do livro “Programa Bolsa Família: Uma década de inclusão e cidadania”:

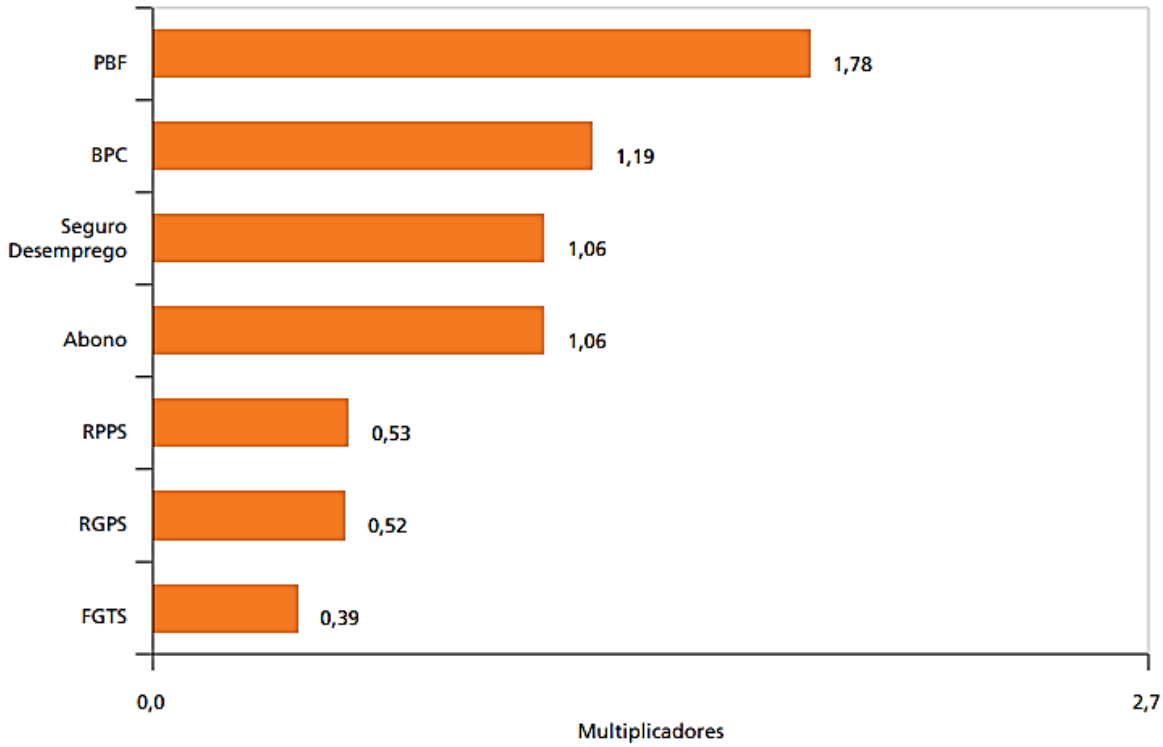
> As transferências sociais representam uma fonte de rendimento das famílias que é utilizada na aquisição de bens e serviços, no pagamento de impostos e contribuições e retida sob a forma de poupança. Tais transferências entram assim no “fluxo circular da renda”, onde o impulso dado às despesas de consumo das famílias estimula a produção dos setores de atividades, que, por sua vez, incrementa o lucro das empresas e a remuneração do trabalho, retornando para as famílias e reiniciando o ciclo econômico. (CAMPELLO E CORTES NERI, 2013, p.193).

A partir de um método econométrico envolvendo a Matriz de Contabilidade Social (MCS), e da especificação das contas endógenas e exógenas do sistema de contas nacionais, os autores foram capazes de mensurar o efeito multiplicador das principais transferências sociais.

O gráfico a seguir trás as informações referente ao que cada real gasto com as transferências sociais traz de retorno ao PIB. As informações são de 2009 e traz a comparação das seguintes transferências socias: O PBF, o BPC (Benefício de prestação continuada), Seguro Desemprego, Abono Salarial, RPPS (Regime próprio

de previdência social), RGPS (Regime geral de previdência social) e do FGTS (Fundo de garantia do tempo de serviço).

Gráfico 2 – Efeitos multiplicadores das transferências sociais sobre o PIB (em %)



Fonte: Elaboração dos autores a partir do MCS de 2009 (CAMPELLO e CORTES NERI)

Dentre as transferências de renda o PBF é o que tem efeito mais alto no efeito multiplicador, com o efeito de 1,78%, isso quer dizer que a cada R$1,00 gasto com o programa, traz um retorno de R$1,78. Teoricamente um gasto adicional de 1% do PIB no PBF se traduziria em aumento de 1,78% na atividade econômica. (CAMPELLE E CORTES NERI, 2014).

4.2 **PESO E PARTICIPAÇÃO DO PBF NO COEFICIENTE DE GINI**

Nesta seção será demonstrado o peso e a participação dos programas de transferência de renda no coeficiente de Gini. A pesquisa toma como base a comparação em dois períodos diferentes (2001 a 2015 e 2001 a 2008). Esta

comparação tem como método de elaboração a decomposição do coeficiente de Gini por fontes de renda.

Cada fonte de renda pode aumentar ou diminuir o coeficiente de Gini de duas formas (OSORIO, PAIVA, SOARES E SOUZA, 2019):

- No efeito concentração: provocados por mudanças no coeficiente de concentração, que pode ser avaliado com a base na focalização do programa de transferência.
- No efeito participação: provocados por mudanças no peso de cada fonte de renda, avaliada, por exemplo, se o bolsa família aumentasse o valor pago as famílias, haveria uma mudança no coeficiente de Gini por causa do efeito renda.

4.2.1 **DECOMPOSIÇÃO DO COEFICIENTE DE GINI**

O coeficiente de Gini pode ser decomposto aditivamente por fontes de renda (Rao, 1969; Pyatt; Chen; Fei, 1980; Lerman; Yitzhaki, 1985). Para k = 1, ..., K fontes de renda, o Gini pode ser escrito como:

$$G = \sum_{k=1}^{K} \varphi_k C_k$$

Em que φk é a participação da fonte k na renda total e Ck é o coeficiente de concentração da fonte k, que por sua vez é o produto do coeficiente de Gini da fonte k (Gk) pela correlação Gini da mesma fonte:

$$C_k = G_k R_k = G_k \frac{cov(y_k, F)}{cov(y_k, F_k)}$$

O coeficiente de concentração varia entre -1 e +1, atingindo seu valor mais baixo quando toda a renda daquela fonte pertence ao indivíduo mais pobre na distribuição da renda total e chegando ao ponto mais alto quando toda a renda pertence ao indivíduo mais rico na distribuição da renda total. Já o coeficiente de incidência equivale ao coeficiente de concentração, porém calculado com referência

à renda domiciliar per capita líquida da fonte de renda analisada. Assim, o coeficiente de incidência do PBF é calculado a partir da distribuição da renda domiciliar per capita sem as transferências do PBF, ao passo que o coeficiente de concentração toma como referência a renda domiciliar per capita observada, isto é, com as transferências do PBF. (OSORIO; PAIVA; SOARES E SOUZA, 2019).

Dessa forma pode-se determinar qual tipo de renda é concentrada entre os indivíduos mais pobres ou mais ricos, e também peso que cada renda tem na formação da renda total das famílias brasileiras, podendo também ser verificado nessa composição a porcentagem que cada renda pode contribuir com a diferença do índice de Gini em 2 períodos determinados.

4.2.2 **DECOMPOSIÇÃO DAS MUDANÇAS DO COEFICIENTE DE GINI POR FONTE DE RENDA**

O IPEA disponibiliza por meio do artigo “OS EFEITOS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA SOBRE A POBREZA E A DESIGUALDADE: UM BALANÇO DOS PRIMEIROS QUINZE ANOS” uma decomposição em dois períodos diferentes, uma entre 2001 (como base de uma renda sem os programas de transferência de renda antecessores ao PBF) e 2015 (ano que a crise financeira se acentua e fatores exógenos a transferência de renda passam a aumentar a concentração de renda), demonstrando a participação total do PBF na renda das famílias e também como se concentrou essa renda (entre os mais pobres). A segunda decomposição é entre 2001 e 2006, ano final do primeiro governo Lula, quando o programa já havia se consolidado e estava passando por processos de expansão.

Dentre as rendas avaliadas nas decomposições estão as seguintes fontes de renda homologados pelo PNAD: Estas são, a renda proveniente do trabalho. Renda da previdência acima do salário mínimo (SM). Renda das transferências de um salário mínimo (1 SM). Renda com o PBF, e por fim outros tipos de renda. Segue as tabelas com as seguintes decomposições e explicações:

Tabela 5 - Brasil: decomposição das mudanças no coeficiente de Gini por fonte de renda (2001-2015)

1A - Decomposição estática (2001-2015)				
Fonte de Renda	Coeficientes de Concentração		Parcitipação na renda	
	2001	2015	2001	2015
Trabalho	0,589	0,530	0,779	0,755
Previdência acima do SM	0,748	0,707	0,135	0,138
Transferências de 1 SM	0,047	0,080	0,037	0,069
PBF	-0,576	-0,584	0,001	0,007
Outras Rendas	0,670	0,494	0,048	0,031
TOTAL/GINI	**0,594**	**0,514**	**1,000**	**1,000**

1B - Decomposição dinâmica (2001-2015)				
Fonte de Renda	Efeito Concentração	Efeito Participação	Efeito Total	Variação do Gini (%)
Trabalho	-0,045	-0,000	-0,045	56,7
Previdência acima do SM	-0,006	0,001	-0,005	6,4
Transferências de 1 SM	0,001	-0,015	-0,014	17,5
PBF	-0,000	-0,007	-0,008	9,8
Outras Rendas	-0,007	-0,001	-0,008	9,6
TOTAL/GINI	**-0,057**	**-0,023**	**-0,080**	**100,0**

Fonte: PNADs (2001-2015). Elaboração dos autores (CAMPELLO E NERI, 2019)

O primeiro passo é entender o coeficiente de concentração, em 2015 podemos ver que a renda derivada do trabalho, tem uma concentração maior entre os mais ricos, um coeficiente de 0,530, previdência acima do salário mínimo ainda mais concentrado, 0,707. A transferência de 1 salário mínimo (BPC) é o benefício pago menos concentrado, com um índice de 0,080. Finalmente entra o bolsa família com um índice de -0,584, isso demonstra que é um benefício concentrado entre os mais pobres, e por fim outras rendas com um coeficiente de 0,494.

O segundo passo é entender a participação que essas rendas tem em relação ao somatório total de rendas que compõe o coeficiente de Gini, como esperado a renda proveniente do trabalho é a que tem mais participação, 0,755 ou 75,5%. Seguido por 13,8% proveniente da previdência acima do salário mínimo, 6,9% das transferências de 1 salário mínimo, 3,1% de outras rendas, e por fim 0,7% provenientes do Bolsa família. Mesmo com a grande abrangência já mencionada, ainda é um número muito pequeno em relação as rendas e outras transferências que a família recebe, mas o que chama atenção é a segunda parte do gráfico que representa o efeito que cada renda tem na variação do Coeficiente de Gini total.

Na segunda parte da tabela, na decomposição dinâmica podemos entender a participação de cada uma dessas rendas em relação a diferença de 0,080 no coeficiente de Gini, demonstrando quantos pontos percentuais cada renda representou nessa queda de desigualdade. Segundo a tabela disponibilizada pelo PNAD, o Programa Bolsa Família foi responsável entre 2001 a 2015 de 9,8% da variação da desigualdade anotada. Cerca de 56% dessa variação é causada pela renda do trabalhador, 17,5% das transferências de 1 salário mínimo, 6,4% referente a previdência e 9,6% derivado de outras rendas.

A seguir a tabela referente a decomposição entre os anos 2001 a 2006:

Tabela 6 - Brasil: decomposição das mudanças no coeficiente de Gini por fonte de renda (2001-2006)

2A - Decomposição estática (2001-2006)				
Fonte de Renda	Coeficientes de Concentração		Parcitipação na renda	
	2001	2006	2001	2006
Trabalho	0,589	0,564	0,779	0,76
Previdência acima do SM	0,748	0,727	0,135	0,136
Transferências de 1 SM	0,047	0,098	0,037	0,049
PBF	-0,576	-0,516	0,001	0,006
Outras Rendas	0,670	0,633	0,048	0,049
TOTAL/GINI	**0,594**	**0,561**	**1,000**	**1,000**

2B - Decomposição dinâmica (2001-2006)				
Fonte de Renda	Efeito Concentração	Efeito Participação	Efeito Total	Variação do Gini (%)
Trabalho	-0,019	0,000	-0,019	57,1
Previdência acima do SM	-0,003	0,000	-0,003	8,5
Transferências de 1 SM	0,002	-0,006	-0,004	12,6
PBF	-0,000	-0,006	-0,006	16,8
Outras Rendas	-0,002	0,000	-0,002	5,1
TOTAL/GINI	**-0,022**	**-0,023**	**-0,080**	**100,0**

Fonte: PNADs (2001-2015). Elaboração dos autores (CAMPELLO E NERI, 2019)

No período de 2001 a 2006 foi verificado que o Bolsa Família teve participação de cerca de 0,6% na renda total das famílias brasileiras. Porém verificando a variação do Gini, pode-se afirmar que foi extremamente importante para a queda da desigualdade, representou um peso de 16,8% na queda de 0,023 do coeficiente concentração de renda.

5 **CONCLUSÃO**

O tema da desigualdade social é bastante relevante no quesito do desenvolvimento socioeconômico brasileiro, o país é um dos mais desiguais do mundo, isso implica diretamente na vida de milhões de brasileiros, muitos convivem com a incerteza alimentar e sobrevivem em condições bastantes complicadas. É de extrema importância que o estado crie políticas para mitigar essa desigualdade, pois, quanto menor a desigualdade, maior o consumo das famílias, gerando um produto da economia maior, o que impulsiona o desenvolvimento econômico do país. Mas muito além do desenvolvimento econômico, e necessário mitigar a desigualdade para “honrar” a vida de milhões de brasileiros que merecem condições financeiras melhores.

O primeiro capítulo busca descrever de forma minuciosa o principal programa de transferência de renda criado para diminuir a desigualdade social. O Bolsa Família foi criado no início do governo Lula e se tornou o mais popular programa social do Brasil. O PBF foi criado com foco em aumentar a renda das famílias m situação de pobreza e de extrema pobreza, em seu auge chegou a beneficiar mais de 14 milhões de famílias. Com a sua ação focalizada, foi uma opção de renda concentrada entre os mais pobres, tendo assim uma ação negativa na concentração de renda. O programa contribuiu com a queda do coeficiente de Gini em 12 anos consecutivos.

O segundo capítulo destaca o mapa da desigualdade no Brasil, mostra as origens e os fatores que fizeram essa desigualdade perpetuar até hoje. Ainda no segundo capítulo pode-se ver a atuação dos quatro ciclos de governo para com a desigualdade. É notável os feitos dos dois ciclos do governo Lula, com a economia impulsionada pelos altos preços das commodities, o governo Lula foi capaz de aumentar a renda real dos trabalhadores, bem como diminuir o desemprego. No seu governo além de criar, conseguiu expandir o Bolsa Família, em 2010 atingiu com o programa 12,6 milhões de famílias, afastando a fome e parte das incertezas financeiras.

No primeiro governo Dilma o PBF atingiu seu ápice, atingiu 14 milhões de famílias em 2014 e teve um orçamento de mais de 41 bilhões de reais. No entanto seu segundo governo foi marcado por uma severa crise financeira, a partir de 2015 o

Brasil deixa de diminuir sua concentração de renda e, portanto, volta a ter um aumento na desigualdade social. Mesmo que com grande atuação do Bolsa Família mantida o programa não conseguiu segurar o índice de Gini, que por sua vez aumentou devido os fatores negativos da crise financeira. Mesmo com Temer assumindo em 2016, sua atuação “tímida” não foi capaz de retomar o crescimento econômico visto nos governos anteriores.

O terceiro e último capítulo trata da eficiência do PBF, sendo um programa de política anticíclica, visava dar um retorno maior que o orçamento destinado, e conseguiu. O Bolsa família causa um efeito multiplicado de 1,78% e é a transferência de renda que maior percentual de retorno para o produto da economia. Tal fato se dá pela focalização do programa nas classes mais pobres da sociedade, inserindo estas famílias a uma nova demanda agregada.

A eficiência também se comprova na decomposição do coeficiente de Gini, entre 2001 e 2015, as ações do bolsa família impactaram quase 10% de toda a queda da concentração de renda registrada. Claramente o impacto de quase 10% na variação do índice de Gini, pode não parecer lá grande coisa levando em conta que o menor índice registrado ainda demonstra uma grande desigualdade social, porém lembramos que o Bolsa Família representa 0,7% das rendas das famílias, um retorno proporcional muito maior que o da transferência de um salário mínimo, este com uma participação de 6,9% na renda (dez vezes maior que o PBF) contribui com 17,5% dessa queda da desigualdade. Portanto, pode-se afirmar que por sua focalização bem feita, o Bolsa Família impactaria muito mais que as transferências de salário mínimo se seus pesos fossem equivalentes.

6 **BIBLIOGRAFIA**

CAMPELLO, T.; NERI, M. C. **Programa Bolsa Família – Uma Década de Inclusão e Cidadania.** Brasília: IPEA, 2013.

BARBOSA, Rafael. J. G. M. **Redução das Desigualdades Sociais do Brasil no Período de 2003 a 2014.** Orientadora: Denise Gentil. 2015. 65 f. TCC (Graduação) – Curso de Ciências Econômicas, Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: https://pantheon.ufrj.br/bitstream/11422/1037/1/RJGBarbosa.pdf. Acesso em: 15 maio. 2022.

BARROS, R. B.; FOGUEL, M. N.; ULYSSEA, G.; **Desigualdade de Renda no Brasil:** Uma análise da queda recente (vol. 2). Brasília: IPEA, 2007.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censos 2022.** Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílios Contínua. Rio de Janeiro, IBGE, 2022.

LOPEZ, Felix. **Repertório sobre as Razões da Desigualdade no Brasil.** Rio de Janeiro: IPEA, 2020.

OLIVEIRA, Fabrício Augusto de. Governos Lula, Dilma e Temer: do espetáculo do crescimento ao inferno da recessão e da estagnação. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2019.

PIRES. Roberto. R. C. **Implementando Desigualdades:** Reprodução de Desigualdades nas Implementações Públicas. Rio de Janeiro: IPEA, 2019.

SASSE, Cintia. **Recordista em Desigualdade, País Estuda Medidas para Ajudar os Mais Pobres.** Disponível em: https://www12.senado.leg.br/noticias/infomaterias/2021/03/recordista-em-desigualdade-pais-estuda-alternativas-para-ajudar-os-mais-pobres. Acesso em: 13 jun. 2022.

SOUZA, P. H. G. F.; OSORIO, R. G.; PAIVA, L. H.; Soares, S. **Os Efeitos do Programa Bolsa Família Sobre a Pobreza e Desigualdade: Um Balanço dos Primeiros Quinze Anos.** Rio de Janeiro: IPEA, 2019.